

Sr. OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE LEME - SP

INSTITUTO TIME M., por seu representante ao final assinado, solicita o registro da Ata e Estatuto Social anexos, datados em 06 de abril de 2015.

Termos em que,
pede deferimento.

Leme/SP, 06 de abril de 2015,



MURILO MACIEL OLIVIERI
RG/SSP/SP.: 33.918.358-5
CPF/MF.: 311.081.228-25

Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP
Largo Dr. Jose Domingues dos Santos-62
Tels: (19)3571-2129-CEP.13610-137

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
IAA0193764
[CAA0193764]-MURILO MACIEL OLIVIERI.....
Dou fe, Leme, 09 de Abril de 2015.
Em testemunho da verdade.

ELDA DAMARIS R. RAMOS - REVENTE
0446908-6 Nr.Cart.:0521-Cust.Reg: 4-89
INSTRUMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Tabelião de Notas e Anexo da Leme
LEME - CEP 13.610-139 - ESTADO DE SP
Elda Damaris Ramos Almeida
Escritório



CONVITE PARA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

Estão convidadas todas as pessoas interessadas para a Assembleia Geral de Constituição do INSTITUTO TIME M, nos termos do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e para discussão e aprovação do estatuto, eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como para definição da sede, a realizar-se no dia 06 de abril de 2015, às 9:00 horas, e, em segunda chamada, às 10:00 horas, na sala nº 12, do Edifício Cilas Lopes, localizado na Rua Rafael de Barros, 380, Centro, na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

Leme - SP, 1º de abril de 2015


Comissão Organizadora

Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP
Largo Dr. José Domingues dos Santos, 62
Tels: (19) 3771-2129 - CEP. 13610-137

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
#AA0193838
#CAA0193838J-ERICK EDUARDO DOS SANTOS...
Fiz fe. Leme, 10 de Abril de 2015.
Em testemunho, da verdade.

SUELEN V. S. FREITAS ESCRIVENTE
#0447142-1 Nr. Cart.: 0522 - Custas: R\$ 4,89.
INVALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO "INSTITUTO TIME M"

Aos seis dias do mês de Abril de 2015, às 10:00 horas, na Rua Rafael de Barros, n.º 380, Edifício Cilas Lopes, Sala 12, Centro, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, reuniram-se as pessoas que assinaram a lista de presença, com o objetivo de constituir um instituto com a finalidade de incentivar e promover atividades e projetos esportivos, sociais e culturais. Em seguida, as pessoas presentes escolheram **MURILO MACIEL OLIVIERI**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 30/09/1982, portador do RG/SSP/SP n.º 33.918.358-5 e CPF/MF n.º 311.081.228-25, residente e domiciliado na Rua Antonio Dellai, n.º 140, Vila Santucci, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP. 13614-165, para presidir a reunião e a mim, **ERICK EDUARDO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 14/11/1977, portador do RG/SSP/SP n.º 29.020.722-8 e CPF/MF n.º 266.746.648-98, residente e domiciliado na Rua Pedro Piratelli, n.º 85, Jardim Santa Paula, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP. 13611-015, para secretariar os trabalhos. Aberto os trabalhos, o Presidente fez a leitura da pauta da reunião, contendo os seguintes assuntos: a) fundação do Instituto Time M, b) aprovação do estatuto; c) eleição da diretoria executiva e conselho fiscal; d) assuntos gerais. Após a leitura da pauta, o Presidente formulou a proposta de constituição do "**INSTITUTO TIME M**", sem fins econômicos, bem como do endereço da sua localização, que mereceu a aprovação unânime dos presentes. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi feita a leitura do estatuto, que foi aprovado, por unanimidade. A seguir, foi procedida a eleição da Diretoria Executiva. Indicados os nomes, para compor o órgão mencionado, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria Executiva que terá mandato de 2 (dois) anos, e que ficou assim constituída: Diretoria Executiva – Presidente: **MURILO MACIEL OLIVIERI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n.º 33.918.358-5, expedido pela SSP/SP, em 24/02/2011, inscrito no CPF/MF sob n.º 311.081.228-25, residente e domiciliado na Rua Antonio Dellai, n.º 140, Vila Santucci, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP. 13614-165; Diretor Adjunto: **ERICK EDUARDO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 14/11/1977, portador do RG n.º 29.020.722-8, expedido pela SSP/SP, em 08/09/1992, inscrito no CPF/MF sob n.º 266.746.648-98, residente e domiciliado na Rua Pedro Piratelli, n.º 85, Jardim Santa Paula, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP. 13611-015. Não foi eleito Conselho Fiscal por falta de associados para compor o órgão. Após a eleição, os dirigentes eleitos tomaram posse. Em seguida, foi deliberado que a sede da associação será no seguinte endereço: Rua Rafael de Barros, n.º 380, Edifício Cilas Lopes, Sala 12-A17, Centro, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP. 13610-200. Nada mais havendo, o Presidente agradeceu a participação de todos os presentes e deu por encerrados os trabalhos da assembleia, da qual eu, ERICK EDUARDO DOS SANTOS, secretário, lavrei e assinei a presente ata, que foi lida, achada conforme e firmada pelo Presidente dos trabalhos.

A presente é ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

Leme, 06 de abril de 2015



 Presidente da Assembleia



 Secretário da Assembleia

Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP
 Largo Dr. Jose Domingues dos Santos,62
 Tels:(19)3571-2129-CEP.13610.137

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
 AA0193756
 [AA0193756]-MURILO MACIEL OLIVIERI.....
 Dou fe. Leme, 06 de Abril de 2015.
 Em testemunho da Verdade.

ELDA DAMARIS A. MARTINS ESCREVENTE
 10446900-3 Nr.Cart. 1022-Casas 18 4,89.
 VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP
 Largo Dr. Jose Domingues dos Santos,62
 Tels:(19)3571-2129-CEP.13610.137

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
 AA0193738
 [AA0193738]-ERICK EDUARDO DOS SANTOS....
 Dou fe. Leme, 08 de Abril de 2015.
 Em testemunho da Verdade.

ELDA DAMARIS R. MARTINS ESCREVENTE
 10446772-6 Nr.Cart. 1022-Casas 18 4,89.
 VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Tabelião de Notas e Anexos do Leme - CEP 13.610-139 - ESTADO DE SÃO PAULO
 Elda Damaris Ramos Martins
 DO BRASIL
 ESCREVENTE
 10446900-3
 FIRMA 1
 0522AA193738

Tabelião de Notas e Anexos do Leme - CEP 13.610-139 - ESTADO DE SÃO PAULO
 Elda Damaris Ramos Martins
 DO BRASIL
 ESCREVENTE
 10446900-3
 FIRMA 1
 0522AA193756

LISTA DE PRESENÇA

Lista de Presença da Assembleia Geral de Constituição do INSTITUTO TIME M, realizada no dia 06 de abril de 2015.

01. Nome: **Murilo Maciel Olivieri**

Assinatura: 

02. Nome: **Erick Eduardo dos Santos**

Assinatura: 

Tabelião de Notas e Anexo de Leme
LEME - CEP 13.610-139 - ESTADO DE SÃO PAULO
Elda Damaris Ramos Martins
Escrevente

Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP
Largo Dr. Jose Domingues dos Santos,62
Tels:(19)3571-2129-CEP.13610.137
Reconheço por SEMELHANÇA a(s)firma(s)de:
AA0193741
ICAA01937411-ERICK EDUARDO DOS SANTOS....
Dou fe. Leme, 08 de Abril de 2015.
Em testemunho da verdade.
ELDA DAMARIS R. MARTINS-ESCREVENTE
0446776-7 Nr.Cart. 0522-Cust. R\$ 4,89.
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE!

Tabelião de Notas e Anexo de Leme
LEME - CEP 13.610-139 - ESTADO DE SÃO PAULO
Elda Damaris Ramos Martins
Escrevente
FIRMA 1
0522AA193741

Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP
Largo Dr. Jose Domingues dos Santos,62
Tels:(19)3571-2129-CEP.13610.137
Reconheço por SEMELHANÇA a(s)firma(s)de:
AA0193760
ICAA01937603-MURILO MACIEL OLIVIERI.....
Dou fe. Leme, 09 de Abril de 2015.
Em testemunho da verdade.
ELDA DAMARIS R. MARTINS-ESCREVENTE
0446904-5 Nr.Cart. 0522-Cust. R\$ 4,89.
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE!

Tabelião de Notas e Anexo de Leme
LEME - CEP 13.610-139 - ESTADO DE SÃO PAULO
Elda Damaris Ramos Martins
Escrevente
FIRMA 1
0522AA193760

ESTATUTO DO "INSTITUTO TIME M"

TÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. O "INSTITUTO TIME M", pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de Leme, Estado de São Paulo, com sede na Rua Rafael de Barros, 380, Edifício Cilas Lopes, Sala 12-A17, Centro, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP. 13610-200 e prazo de duração indeterminado, reger-se-á pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Art. 2º. O Instituto tem por finalidades:

- a) incentivar e promover atividades e projetos esportivos, sociais e culturais;
- b) A concepção, organização, promoção e realização de projetos, eventos, competições, pesquisas e consultorias nas áreas esportivas, culturais e sociais, enquadrados, ou não, nas leis federais, estaduais e municipais de incentivo à cultura e ao desporto;
- c) firmar convênios e parcerias com órgãos públicos ou privados, com os governos municipal, estadual, federal e ainda com instituições estrangeiras, e;
- d) interagir e relacionar-se com outras entidades congêneres.

§ 1º – O Instituto não distribui entre os seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

§ 2º – Ao Instituto é vedada qualquer atividade político-partidária ou eleitoral.

Art. 3º. Para a consecução de suas finalidades, o instituto poderá:

I - celebrar contratos e convênios com pessoas jurídicas públicas e privadas, nacionais e internacionais.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS CAPÍTULO I

DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 4º. O Instituto será constituído por número ilimitado de associados, não podendo fazer qualquer distinção em razão de cor, sexo, raça, credo político ou religioso.

Art. 5º. O Instituto tem as seguintes categorias de associados:

- I – fundadores;
- II – colaboradores;
- III – beneméritos.

§ 1º - Fundadores são aqueles que assinarem a ata de fundação do Instituto.

§ 2º - Colaboradores são aqueles admitidos após a constituição do Instituto, sujeitos ou não a contribuição mensal, por decisão da Diretoria Executiva.

§ 3º - Beneméritos são todas as pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado ou estejam prestando relevantes serviços para o desenvolvimento da associação.

Art. 6º. Para a admissão de associado benemérito será exigido o voto concorde da maioria simples dos presentes à Assembleia Geral, por proposta devidamente justificada pela Diretoria Executiva.

Art. 7º. É permitido ao associado solicitar a sua demissão da associação, mediante aviso por escrito ao Diretor Presidente.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 8º. São direitos dos associados:

- I – participar de todas as atividades do Instituto;
- II – gozar de todas as vantagens e benefícios proporcionados pelo Instituto;
- III – participar das assembleias gerais e extraordinárias, com direito a voz e voto;
- IV – votar e ser votado para os cargos eletivos do instituto.

§ único. É facultado aos associados beneméritos a participação nas assembleias com direito a voz, sendo-lhes vedado o direito de votar e ser votado.

Art. 9º. São deveres dos associados:

- I – cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio do Instituto;
- II – cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- III – acatar as determinações da Diretoria Executiva;
- IV – pagar pontualmente as contribuições mensais;
- V – zelar pelo bom nome do Instituto junto à comunidade.

SEÇÃO I DAS PENALIDADES

Art. 10. Os associados fundadores e colaboradores estão sujeitos às penalidades sucessivas de advertência, suspensão e exclusão, nos casos de:

- I - ausência a três assembleias gerais consecutivas sem justificativas;
- II - infringir os princípios éticos que pautam a conduta dos associados dentro e fora do Instituto;
- III - levar o Instituto à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;

IV - inadimplência em relação ao pagamento de sua contribuição, referente ao exercício anterior.

§ 1º - Compete à Diretoria Executiva a aplicação das penalidades de advertência, suspensão ou exclusão do associado.

§ 2º - A penalidade de exclusão será aplicada, ouvido previamente o acusado, cabendo dessa decisão recurso à primeira Assembleia, ordinária ou extraordinária, que vier a se realizar.

§ 3º - O recurso deverá ser formulado pelo associado excluído, no prazo de 10 (dez) dias da divulgação da decisão, e terá efeito suspensivo.

§ 4º - A exclusão do associado só será admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure o direito de defesa e de recurso, pelo voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, com menos de um terço dos associados.

§ 5º - Quando o infrator for membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência, suspensão e exclusão, serão aplicadas pela Assembleia Geral.

TÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DO INSTITUTO

Art. 11. O patrimônio do Instituto é constituído de todos os bens e direitos que lhe couberem e pelos que vier a possuir, no exercício de suas atividades, sob a forma de subvenções, contribuições e doações, legados e aquisições, livres e desembaraçados de ônus.

§ único. A alienação ou permuta de bens, para a aquisição de outros mais adequados, serão decididas pela Diretoria Executiva, com prévia aprovação da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Art. 12. As fontes de recursos para a manutenção do Instituto constituir-se-ão de contribuições regulares dos associados, da prestação de serviços contratados ou conveniados com outras entidades, doações e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, e pelos rendimentos produzidos pelo seu patrimônio.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O Instituto tem como órgãos deliberativos e executivos a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

Art. 14. É vedado aos diretores e conselheiros, o recebimento, sob qualquer pretexto, de remuneração, gratificações, superávit ou dividendos, bonificações, participações ou vantagens.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 15. A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação e fiscalização do Instituto é constituído pelos associados fundadores e colaboradores, que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva ou pelo seu substituto legal, que terá o voto de desempate em caso de empate nas votações, e as funções de secretário serão desempenhadas por qualquer dos associados fundadores ou colaboradores e/ou, escolhidos por aclamação pelos presentes.

Art. 17. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente do Instituto ou pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal ou por um 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos.

II – As reuniões da Assembleia Geral serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria absoluta do total de associados com direito a voto, e, em segunda convocação, na mesma data e local, trinta minutos depois da convocação anterior, com qualquer número, deliberando pela maioria dos votos dos presentes.

III – Para as deliberações referentes à destituição dos administradores, alteração do estatuto, autorização para a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes ao Instituto e dissolução do Instituto, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço em segunda convocação, na mesma data e local, trinta minutos depois da convocação anterior, deliberando pela maioria dos votos dos presentes.

Art. 18. Compete à Assembleia Geral Ordinária:

I – aprovar a prestação de contas anual, os balanços, os relatórios de desempenho financeiro e contábil, bem como as operações patrimoniais realizadas no exercício findo;

II – aprovar o orçamento anual e o programa de trabalho propostos pela Diretoria Executiva;

III – aprovar a prestação de contas;

IV – eleger os administradores.

Art. 19. Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

I – destituir os administradores;

II – alterar o estatuto;

III – autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes ao Instituto;

IV – deliberar sobre a proposta de absorção ou incorporação de outras entidades;

V – decidir sobre a dissolução do Instituto;

Art. 20. A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de (5) cinco dias, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados, mediante edital a ser fixado na sede da entidade, por via postal contra recibo ou por qualquer outro meio reconhecido legalmente, com pauta dos assuntos a serem tratados.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 21. A Diretoria Executiva é o órgão de execução do Instituto e será composta pelo Presidente e um diretor adjunto, eleitos por aclamação ou votação, pelos associados presentes na Assembleia Geral.

Art. 22. O mandato dos diretores será de (2) dois anos, permitidas reconduções por igual período.

Art. 23. O Presidente será substituído por um dos diretores adjuntos, no caso de impedimento, ausência ou renúncia.

Art. 24. Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, a vaga será preenchida por um associado, fundador ou colaborador, indicado pelo Diretor Presidente, que exercerá a função até o término do mandato dos demais membros eleitos.

Art. 25. Os mandatos dos diretores prorrogar-se-ão, automaticamente, até a posse dos que sejam eleitos para sucedê-los.

Art. 26. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinária e extraordinariamente e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, exigida a presença de, pelo menos, dois de seus diretores, além do Presidente.

Parágrafo único. As decisões são tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Presidente o direito ao voto de desempate.

Art. 27. Compete à Diretoria Executiva:

I – elaborar e aprovar a prestação de contas e o relatório anual de atividades, para encaminhamento ao Conselho Fiscal;

II – estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;

III – administrar as instalações e o patrimônio zelando pela sua manutenção;

IV – elaborar e executar o orçamento anual;

V – efetuar os registros dos fatos econômicos e financeiros;

VI – executar as decisões da Assembleia Geral;

VII – cumprir e fazer cumprir o estatuto.

Art. 28. Na elaboração da prestação de contas, devem ser observados os Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 29. O relatório anual de atividades, com a prestação de contas do período, deverá ser apresentado ao Conselho Fiscal, até o dia 31 de março de cada ano, a fim de receber parecer conclusivo.

§ único. No prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação referida no caput deste artigo, o Conselho Fiscal deliberará e emitirá parecer, encaminhando-o à apreciação da Assembleia Geral.

Art. 30. Compete ao Presidente:

I - representar o Instituto ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II - coordenar as atividades do diretor adjunto;

III - assinar, em conjunto com o diretor adjunto, quaisquer documentos relativos às operações do Instituto, inclusive, ordens de pagamento, cheques, contratos e convênios;

IV - designar auxiliares para funções específicas;

V - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 31. O Conselho Fiscal, órgão de controle interno, é constituído por 3 (três) membros efetivos e 1 (um) suplente, sendo associados em pleno gozo de suas prerrogativas estatutárias, eleitos pela Assembleia Geral, permitida apenas uma recondução.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva.

§ 2º - Ocorrendo o afastamento provisório de qualquer um dos conselheiros titulares, caberá ao suplente substituí-lo, até o fim do mandato para o qual foi eleito.

§ 3º - Em caso de afastamento definitivo de qualquer um dos conselheiros, a vaga será preenchida por um associado indicado pelos demais membros do Conselho Fiscal, até o término do mandato dos conselheiros eleitos.

Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:

I - escolher, em cada reunião, um dos membros para dirigir os trabalhos;

II - examinar e opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

III - opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

IV - examinar o balanço anual, a prestação de contas e o relatório anual de atividades, emitindo parecer a ser submetido à Assembleia Geral.

V - propor à Diretoria Executiva a convocação e reunião conjunta, a fim de tratar de assuntos julgados relevantes.

TÍTULO V DA DISSOLUÇÃO DO INSTITUTO

Art. 33. No caso de dissolução do Instituto, a Diretoria Executiva procederá à liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dividas, e todos os demais atos de disposições que estimem necessários.

Art. 34. Dissolvido o Instituto, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais de associados, será destinado à entidade de fins não econômicos, com finalidades idênticas ou semelhantes as suas, por deliberação da Assembleia Geral.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais do Instituto.

Art. 36. O Instituto poderá ter um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 37. O Instituto não tem finalidade lucrativa, não distribui dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro, bem como aplica integralmente no território nacional suas rendas, recursos e eventual resultado operacional, exclusivamente, na manutenção e desenvolvimento das finalidades institucionais.

Art. 38. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 39. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e ratificados ou não pela Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, que se seguir à decisão tomada, ficando eleito o foro da Comarca de Leme, Estado de São Paulo, para sanar possíveis dúvidas.

Art. 40. Este Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Estatuto aprovado em Assembleia Geral realizada em 06 de abril de 2015.

Tabelação de Notas e Anexo de Leme
LEME - CEP 13.610-139 - ESTADO DE SÃO PAULO
Elda Danaris Martins Maron
Sociedade
FIMA 2
0532AA037190

Leme, 06 de Abril de 2015

[Handwritten Signature]

Presidente da Assembleia

[Handwritten Signature]

Secretário da Assembleia

[Handwritten Signature]

Adv. Talita F. Cândido
OAB/SP.: 348.361

Reconhecimento(s)
de firma no verso.

Tabelação de Notas na Comarca de Leme/SP
Largo Dr. Jose Domingues dos Santos, 62
Tels: (19)3571-2129-CEP.13610.137
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
AA0037190
LAA00371901-ERICK EDUARDO DOS SANTOS....
LAA00371901-TALITA FERNANDA CÂNDIDO.....
Dou fe. Leme, 08 de Abril de 2015.
Em testemunha da verdade.
ELDA DANARIS M. MARTINS MARON
0446781-7 Nr. Carz.: 0022-Custas R\$ 9,70
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

ATA DA REUNIAO DO CONSELHO NOTARIAL
COMARCA DE LEME - SP

PROT. Nº 03197/15
24 ABR 2015

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE LEME - SP

Protocolado sob nº 03197

Registrado sob nº 03198
em 24 ABR 2015

Daniel de Andrade Rodrigues

Daniel de Andrade Rodrigues
Escrivente

Tabellão de Notas e Anexo de Leme
LEME - CEP 13610-130 - ESTADO DE SÃO PAULO
Elza Damasceno Ramos Martins
Exarante



Tabellão de Notas da Comarca de Leme/SP
Largo Dr. José Domingues dos Santos, 62
Tels: (19) 3571-2129 - CEP. 13610-137

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
AA0193763
[AA0193763]-MURILO MACIEL OLIVIERI.....
Dou fe, Leme, 09 de Abril de 2015.
Em testemunho, da verdade.

ELZA DAMASCENO RAMOS MARTINS-ESCREVENTE
1046907-8 Cart.: 0022 Custas: R\$ 4,89.
NULO SEMPRE, COM SENO DE AUTENTICIDADE

[Handwritten signature]